

GRAMÁTICA TRADICIONAL E LINGUÍSTICA CONTEMPORÂNEA: CONTINUIDADE OU RUPTURA?

José Borges Neto*

Resumo: O texto problematiza as relações entre a gramática tradicional e outras teorias gramaticais que emergiram em momento posterior a ela, na cronologia da disciplina linguística, trazendo à tona os problemas decorrentes de uma interpretação continuísta, ou descontinuísta, da história da linguística.

Palavras-chave: epistemologia da linguística; teoria gramatical; gramática tradicional.

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA

■ **O** que diferencia a história de uma ciência de sua historiografia é a ação interpretativa de um agente racional nesta última. A história é, na verdade, um fluxo de eventos documentados, enquanto a historiografia é a seleção e a sistematização de eventos históricos para constituir uma sequência ordenada e racional desses eventos, sempre com um objetivo que transcende o seu simples registro.

Minha concepção de historiografia da linguística (HL), de certo modo, aproxima-se do que Nietzsche chama de *história crítica*, aquela história que busca encontrar no passado as razões para que o presente seja como é. Em outras palavras, entendo que a tarefa da HL é investigar as concepções linguísticas do passado para que possamos compreender o processo que levou às concepções linguísticas do presente. Essa investigação nos permite entender melhor as concepções contemporâneas e – resultado vital – nelas enxergar os eventuais problemas, que comprometem o seu desempenho. Em outras palavras, minha concepção de HL tem um objetivo claramente epistemológico.

* Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Professor titular sênior no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná. A elaboração deste texto contou com o auxílio do CNPq, na forma de bolsa de produtividade. E-mail: borges@ufpr.br.

A epistemologia, tal como a circunscrevo aqui, é a disciplina filosófica que procura entender como o conhecimento (em especial o conhecimento científico) pode ser obtido por meio de *teorias* sobre as coisas do mundo. Ou seja, é uma reflexão sistemática sobre as teorias científicas. E a epistemologia da linguística, particularmente, é a reflexão sobre a natureza, os fundamentos e os métodos das teorias que buscam a obtenção de conhecimentos sobre as línguas humanas.

Concordo com Imre Lakatos (1978, p. 102), quando ele afirma, na abertura de seu texto “History of science and its rational reconstructions”, que “a filosofia da ciência sem a história da ciência é vazia; a história da ciência sem a filosofia da ciência é cega”.

Uma das questões epistemológicas centrais da HL reside na decisão (prévia e determinante) de como encarar o fluxo dos eventos: se numa linha, mais ou menos cronológica, de eventos que se acumulam ou numa sucessão de momentos de ruptura e transformação. Em outras palavras, se cabe ao historiógrafo acentuar as continuidades entre as teorias observadas ou se a ele cabe destacar os momentos de descontinuidade. Na HL, essa decisão é particularmente difícil, embora crucial.

O fluxo das teorias linguísticas ao longo do tempo nos desenha um quadro em que continuidades e descontinuidades se revelam simultaneamente, e, aparentemente, o historiógrafo não tem senão seu arbítrio para decidir por uma ou outra opção.

O ponto que quero abordar aqui é a relação entre a teoria das línguas naturais que geralmente é chamada de *gramática tradicional*, teoria proposta na Antiguidade greco-romana e desenvolvida ao longo dos séculos, e as teorias linguísticas contemporâneas. Ao mesmo tempo que as teorias linguísticas – sem exceção – se apresentam como alternativas (superações, rupturas) à gramática tradicional (GT daqui para a frente) – numa posição de *descontinuidade* em relação a ela –, mantêm uma proximidade surpreendente com suas questões, noções e classificações – como se numa relação de *continuidade*.

Talvez não possa ser diferente (concedo), mas creio que essa atitude “continuista” é prejudicial ao aumento de nosso conhecimento sobre a natureza das línguas e sobre o nosso conhecimento sobre o funcionamento das teorias linguísticas.

No que segue, vou inicialmente apresentar resumidamente a teoria da gramática tradicional (GT); em seguida vou abordar dois pontos em que teorias linguísticas contemporâneas, que se pretendem alternativas à gramática tradicional, adotam posições claramente continuistas, o que torna o quadro bastante complexo para o historiador. Finalmente, vou arriscar uma explicação epistemológica para esse fenômeno.

A PRIMEIRA TEORIA LINGUÍSTICA: A GRAMÁTICA TRADICIONAL¹

Chamo de *gramática tradicional* a teoria das línguas humanas surgida na Antiguidade clássica e que se mantém essencialmente igual até os nossos dias, dando forma às gramáticas escolares, por exemplo. Essa teoria tem sua formulação completada já na Idade Média e é base do pensamento sobre as línguas humanas em, pelo menos, todo o mundo ocidental.

A GT é uma *teoria* das línguas humanas e como tal deve ser entendida. Como toda teoria, a GT possui um conjunto de pressupostos que constituem o seu núcleo e alguns “modelos de análise” que normalizam as formas a serem obedecidas pelas análises de línguas particulares (ou fenômenos particulares) efetuadas pelos gramáticos. Em outras palavras, as análises propostas pelos gramáticos devem seguir determinadas linhas de raciocínio (e obedecer aos pressupostos) para que sejam aceitas como análises “legais” dentro de seu quadro teórico.

A GT assume que a palavra é a unidade de análise (nada há abaixo da palavra) e que a oração (sentença, proposição, frase, a depender do autor) é uma construção de palavras. Na oração, as palavras recebem certa ordenação (sintaxe) para que a oração consiga exprimir um pensamento completo e cada palavra – na medida em que representa uma ideia – contribui, na oração, para que esse pensamento seja obtido. Cabe à sintaxe, então, mostrar como as ideias contidas nas palavras devem ser ordenadas para que se chegue ao pensamento veiculado pela oração.

O estudo das palavras envolve, basicamente, duas coisas: sua classificação e sua “morfologia”.

Na classificação estão expostas as possibilidades nocionais das palavras. Dizer que uma palavra é um substantivo, por exemplo, equivale a dizer que a ideia veiculada por ela é de um tipo especial – uma “coisa” – e que sua presença numa oração vai implicar a presença dessa “coisa” como parte do pensamento. Uma lista de classes de palavras, então, corresponde a uma lista de tipos possíveis de ideias. Dessa forma, o fato de encontrarmos dez classes de palavras numa GT do português implica que reconhecemos dez tipos básicos de ideias constituindo nossos pensamentos. Da mesma maneira, os “papéis sintáticos” exercidos pelas palavras de cada classe devem corresponder aos “papéis semânticos” que as ideias exercem na composição dos pensamentos. Obviamente, assim como as ideias básicas podem ser “refinadas” para dar conta de características cada vez mais específicas das “coisas”, as palavras podem sofrer uma série de subclassificações².

Na morfologia, as palavras são vistas como conjuntos de formas alternativas (*paradigmas*) que, representando a mesma ideia, apresentam “acréscimos” secundários a ela. Consideremos, por exemplo, a palavra “menino”. O paradigma associado a “menino” contém quatro formas alternativas: *menino*, *menina*, *meninos* e *meninas*. Cabe notar, inicialmente, que essas quatro formas são formas *da mesma palavra*, que pode, ou não, ser representada por uma delas (a convenção parece ser a de representar a palavra por uma *forma de citação* que, no caso, é “menino”). A palavra “menino”, então, representa uma ideia e aparece sob a forma *menino* se a essa ideia acrescentarmos as ideias secundárias de masculino e singular; aparecerá sob a forma *meninas* se a ela acrescentarmos as ideias secundárias de feminino e plural; e assim por diante. O “a” e o “s” no final de *meninas* não são *morfemas* que se acrescentam a uma raiz: são *marcas* que indicam que a palavra está se apresentando acrescida das ideias de feminino e de plural. A essas marcas de ideias secundárias acrescidas, a GT dá o nome de *desinências*. É preciso perceber que a GT³ não entende as desinências como elemen-

2 Tradicionalmente, algumas classes de palavras não recebem definições nocionais – esse é o caso das preposições e das conjunções, por exemplo – e são mais ou menos definidas a partir de critérios sintáticos (ou, no mais das vezes, por *listas*).

3 É preciso ficar claro que estou falando de uma teoria “pura” da GT, livre das interferências que o contato com outras teorias linguísticas introduz no pensamento dos gramáticos, particularmente das interferências causadas pelo contato com o modelo histórico-comparativo e, mais recentemente, com o estruturalismo. Essas interferências, originadas por uma tendência dos gramáticos ao sincretismo, obscurecem as noções e, infelizmente, criam “monstrinhos teóricos” inconsistentes. Sobre esse aspecto, ver Borges Neto (2011, p. 64-66).

tos autônomos que se acrescentam a uma raiz (ou radical, se preferirem) também autônoma. A palavra não tem partes autônomas. Qualquer identificação da noção de desinência com a noção de morfema é espúria e, por propor elementos internos à palavra, nega os pressupostos da GT.

Esse modo de entender as palavras constitui um modelo de análise morfológica que é conhecido como *palavra-e-paradigma* (HOCKETT, 1954).

No modelo palavra-e-paradigma, então, as palavras são associadas a paradigmas, e a análise comparativa dos elementos do paradigma nos permite isolar, *por abstração*, as desinências. Tradicionalmente (desde Dionísio de Trácia, no século I a.C.), são reconhecidas marcas de *gênero* e de *número* nos elementos nominais (substantivos e adjetivos, pronomes e artigos) e marcas de *tempo*, *modo*, *número* e *pessoa* nos elementos verbais.

Palavras que pertencem às classes de advérbios, preposições e conjunções são ditas *invariáveis* porque seu paradigma apresenta um único elemento. As demais classes contêm palavras *variáveis*, isto é, palavras cujo paradigma apresenta ao menos dois elementos.

As palavras que apresentam os paradigmas com o maior número de elementos são os verbos. Por convenção, toma-se hoje o infinitivo como forma de citação⁴, e, também por convenção, organiza-se o paradigma a partir das ideias secundárias de *modo* (indicativo, subjuntivo etc.), *tempo* (presente, pretérito perfeito etc.) e *número/pessoa* (primeira pessoa do singular, segunda pessoa do singular..., primeira pessoa do plural etc.).

As noções de *flexão* e *derivação*, por exemplo, surgem naturalmente no contexto do modelo morfológico “palavra-e-paradigma”. A flexão é interna ao paradigma e a derivação é externa.

A flexão indica as modificações secundárias (acidentes) sofridas pela ideia veiculada pela palavra, e a *derivação* é o processo de obter palavras novas a partir de outras palavras. Enquanto as noções básicas envolvidas no processo da flexional são as noções de *raiz* (ou *radical*) e *desinência*, as noções básicas envolvidas no processo derivacional são *primitivo*, *derivado* e *afixo*.

Tomemos a palavra “terra”, que é um substantivo associado a um paradigma com duas formas: *terra* e *terras*. Ao acrescentarmos a “terra” a terminação “oso”, obtemos *uma nova palavra*: o adjetivo “terroso”. Essa nova palavra, também variável, associa-se a um paradigma com quatro formas: *terroso*, *terrosa*, *terrosos*, *terrosas*. A terminação “oso”, então, é um tipo de operador que cria uma palavra *derivada* a partir de uma palavra *primitiva*. Todos os operadores que criam palavras novas são genericamente chamados de *afixos* (*prefixos* quando antepostos e *sufixos* quando pospostos).

Fica clara, então, a diferença entre desinência e afixo: as desinências marcam as formas alternativas de uma mesma palavra, enquanto os afixos indicam que a palavra em que se manifestam é derivada de outra. As desinências têm um paradigma como “área de atuação” (são intraparadigmáticas), enquanto os afixos nos remetem de um paradigma a outro (são interparadigmáticos).

Essa teoria das línguas é objeto de estudos intensivos desde a sua primeira formulação, na Grécia clássica. Embora possamos encontrar inúmeras discus-

4 Até o século XVI, pelo menos, seguindo o modelo latino, usava-se como forma de citação dos verbos a primeira pessoa do singular do presente do indicativo. Dizia-se, então, “o verbo sou” e não “o verbo ser”.

sões de hipóteses alternativas sobre pontos específicos durante esses mais de dois mil anos de história, o arcabouço central da teoria tem permanecido essencialmente o mesmo – numa comprovação da mais rigorosa continuidade. Vemos debates sobre o número das classes de palavras: para alguns gramáticos, as classes são quatro; para outros, são dez, por exemplo. Vemos momentos em que os participípios constituem uma classe à parte; e momentos em que os participípios são apenas formas alternativas dos verbos (pertencem ao paradigma dos verbos). Para alguns gramáticos, substantivos e adjetivos são duas classes distintas; para outros, são subclassificações da classe dos nomes. Nunca encontramos, no entanto, propostas que alterem a essência do modelo descritivo. Ninguém propõe, por exemplo, que as classes devam ser definidas a partir de algum critério que não o da natureza do referente.

Mesmo quando encontramos propostas que aparentemente colidem com os pressupostos da GT, a investigação mais cuidadosa revela que estamos apenas diante de tentativas de importar – ilegalmente, no mais das vezes – noções e/ou procedimentos de análise estabelecidos no interior de outras teorias da linguagem.

A identificação da noção de *desinência* com a noção de *morfema* me parece um desses casos. A utilização da noção de morfema (particularmente na versão veiculada pelo estruturalismo americano, no interior do modelo morfológico *item-e-arranjo*) implica reconhecer que há um nível de análise mais básico do que a palavra. Assim, a palavra não é mais a unidade de análise, mas um arranjo de morfemas. A unidade de análise é o morfema. Ora, nessa perspectiva, entender que *menina* e *meninas* sejam duas formas de uma mesma palavra implica reconhecer que *uma mesma palavra pode apresentar arranjos de distintos morfemas*. E a noção de palavra passa a ser extremamente problemática: deixa de ser possível definir palavra a partir dos morfemas que a constituem. Da mesma forma, a noção de *palavra variável* não faz mais sentido.

Obviamente, sempre é possível resolver essas questões, mas ao custo do acréscimo de hipóteses auxiliares, o que complica a teoria. É possível, por exemplo, distinguir *morfemas flexionais* (equivalentes das *desinências*) de *morfemas derivacionais* (equivalentes dos *afixos*) e dizer que os morfemas flexionais não implicam a criação de novas palavras. Mas isso é apenas recuperar a teoria original, e a noção de morfema, aparentemente, não serviu para nada (exceto para tornar complexo um modelo que era bastante simples).

Vamos ver, nos itens seguintes, alguns desses pontos com mais vagar.

CLASSES DE PALAVRAS

Na gramática mais antiga que conhecemos – a *Techné Grammatiké* de Dionísio Trácio (século I a.C.) –, encontramos oito classes de palavras: *nome, verbo, participípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção*.

Não vou entrar em maiores detalhes sobre as classes de palavras de Dionísio (CHAPANSKI, 2003), mas quero atentar aqui para o fato de que essas classes – e suas definições – são mais ou menos idênticas às classes que permanecem identificadas em nossas gramáticas escolares. As gramáticas escolares mantêm todas as classes de Dionísio, com a exceção da classe dos *participípios*, que são incorporados ao verbo, e retiram da classe dos *nomes* de Dionísio os substantivos, os adjetivos e os numerais. A classe das interjeições não foi identificada por Dio-

nísio, mas as palavras que nossas gramáticas nomeiam de “interjeições” eram, em boa parte, identificadas por Dionísio como *advérbios*.

O que me interessa apontar aqui, no entanto, é a incorporação – acrítica, no mais das vezes – das classes de palavras tradicionais nas teorias modernas.

No volume II da *Gramática do português culto falado no Brasil*, obra gigantesca, coordenada por Ataliba Teixeira de Castilho (2008) e produzida por uma grande equipe, constituída por alguns dos melhores linguistas em atividade no Brasil, o que vemos é uma organização em capítulos que, de modo geral, retoma as classes tradicionais: “O substantivo”, “O verbo”, “O adjetivo”, “O advérbio”, “Os pronomes” etc. Quando aparecem inovações – por exemplo, o capítulo 2: “Os especificadores” –, logo observamos o retorno às classes tradicionais: os subitens são *artigo definido*, *demonstrativos* e *quantificadores indefinidos*.

Obviamente, não estou nem supondo nem sugerindo que o conteúdo dessa gramática se aproxime do conteúdo das gramáticas escolares. Minha surpresa, no entanto, é que os termos utilizados para a divisão do campo de estudos sejam exatamente os mesmos que encontramos nas gramáticas escolares. Como já disse antes, essa prática aponta para a continuidade e não para a ruptura.

Acredito ser muito interessante e instrutiva a observação do que é feito com as “porções de realidade” (os conjuntos de palavras com propriedades ou comportamentos semelhantes), identificadas em outro tempo e em outro contexto teórico pela GT, no contexto teórico dessa nova gramática.

O capítulo 4 (“O Adjetivo”), por exemplo, escrito por Esmeralda Negrão, Ana Lúcia Müller, Geisa Nunes-Pemberton e Maria José Foltran, linguistas de competência acima de qualquer suspeita, inicia da seguinte maneira:

Para estabelecer que um item lexical pertence a uma determinada classe gramatical, é necessário reconhecer que tal item possua as propriedades que caracterizam essa classe. Nesse sentido, caracterizar um conjunto de propriedades é condição prévia para definir e delimitar uma determinada classe gramatical.

Quais são as propriedades que caracterizam os adjetivos? (CASTILHO, 2008, p. 371).

Parece claro que a pergunta que encerra a citação contradiz o que foi dito no parágrafo anterior. A classe dos adjetivos – ao menos em *extensão* – já está previamente delimitada. O trabalho, autoproposto pelas autoras, é o de estabelecer critérios que nos permitam recuperar (de forma mais precisa, talvez) a classe de partida. Em vez de procurar propriedades nas palavras – nas palavras, individualmente, e não nas classes já estabelecidas (certamente por algum critério) –, o que de fato se busca é a recuperação (e a revisão, na melhor das hipóteses) dos critérios que alguém, no passado, já usou para definir a classe que é tomada como ponto de partida.

A impressão se reforça quando, na mesma página, as autoras dizem que partirão “da análise do comportamento gramatical de itens lexicais *intuitivamente classificados como adjetivos*, enumerando as propriedades que exibem e que determinam a classificação proposta” (CASTILHO, 2008, p. 371, grifo nosso).

As autoras escondem que estão, na verdade, usando os resultados da GT atrás do apelo a uma *intuição* de classe (o que quer que isso possa ser). Talvez analfabetos possam ter “intuições” sobre a língua, linguistas apenas relembram análises com que tiveram contato. A classe de palavras analisada, em busca de pro-

priedades comuns (necessárias e suficientes, imaginó), é a velha classe dos *nomes adjetivos*, identificada por Dionísio Trácio, presente nas gramáticas medievais e discutida longamente por Santo Anselmo de Canterbury já no século XI.

Antes que se possa pensar que estou criticando o trabalho sobre os adjetivos realizado pelas autoras, quero deixar claro que o considero um trabalho de alto nível, capaz de alterar substancialmente a visão que as pessoas possam ter desse conjunto de palavras quando só informadas pela miopia das gramáticas escolares. O problema que estou apontando no trabalho das autoras não é exclusivo dele, e é mais frequente do que podemos (ou queremos) imaginar.

Não quero me estender demasiadamente, mas a ausência de uma reflexão séria e consistente sobre as classes de palavras nas teorias linguísticas nos deixa diante do imponderável.

Por exemplo, quando um gerativista fala de *nome*, *verbo* ou *preposição*, no contexto de suas análises, ele está falando das mesmas coisas que um gramático tradicional? Onde são explicitadas essas noções? Como na maior parte das vezes os referentes desses termos são iguais, passamos (todos nós, incluindo os próprios gerativistas) a agir como se as noções associadas aos termos fossem as mesmas. Ora, é justamente isso que uma historiografia da ciência baseada em rupturas diz que não deve ocorrer.

FLEXÃO E DERIVAÇÃO

Outro ponto em que a continuidade parece prevalecer numa situação em que se esperaria encontrar descontinuidade é o tratamento dado aos fenômenos que a GT aborda com as noções de *flexão* e *derivação*.

Já vimos antes como as noções de *flexão* e *derivação* podiam ser fácil e claramente definidas no modelo palavra-e-paradigma da GT⁵. Vejamos agora como essas noções reaparecem em teorias linguísticas contemporâneas.

Carlos Alexandre Gonçalves (2011), em seu livro *Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português*, analisa e critica um grande número de critérios que têm sido usados nos estudos morfológicos para distinguir o processo flexivo do processo derivacional⁶. Critérios como a relevância sintática, a estabilidade semântica ou a mudança de classe são apresentados e criticados por sua insuficiência para a sustentação da oposição entre os dois processos morfológicos.

Não creio que seja intenção de Gonçalves (2011) sustentar as noções tradicionais de flexão e derivação. Aparentemente, o livro é escrito com o objetivo de apresentar (e sugerir como saída teórica) a proposta de Joan Bybee (1985) que considera que flexão e derivação são apenas polos de um contínuo.

A expectativa, então, é que estejamos diante de uma proposta teórica que rompa com a GT. A expectativa é frustrada, no entanto, assim que começamos a olhar mais atentamente ao percurso de Gonçalves (2011) na direção de sua proposta.

Obviamente, o modelo morfológico adotado por Gonçalves (2011) não é o velho palavra-e-paradigma. Mesmo assim, encontramos perguntas como a que abre a “Apresentação”: “Em que condições estamos diante de uma nova palavra e quando apenas variamos formalmente uma palavra já existente?” (GONÇALVES,

5 O que não equivale a dizer que a decisão sobre casos particulares – se flexão ou derivação – fosse clara ou fácil.

6 Uma resenha do livro de Gonçalves (2011) pode ser encontrada em Borges Neto (no prelo).

2011, p. 5). Essa pergunta mostra que a noção de *palavra variável* e que a distinção tradicional entre processo flexivo (intraparadigmático, de variação de uma mesma palavra) e processo derivacional (interparadigmático, de obtenção de uma palavra a partir de outra) faz fundo às questões objetivadas pelo autor.

Em princípio, nada impede que uma teoria que rompa com a GT assuma que há palavras variáveis e invariáveis. Mas, de algum modo, os *resultados* da GT estão sendo levados em conta. Gonçalves (2011) assume que há palavras variáveis e que *flexão* tem a ver com essa variação, o que não se dá na *derivação*; assume que as palavras variáveis identificadas por sua teoria são exatamente as mesmas identificadas pela GT; e assume que os mecanismos de flexão e derivação são exatamente os mesmos da GT. A coincidência é notável!

Observe-se a seguinte afirmação de Gonçalves (2011, p. 6, grifo nosso):

Em linhas gerais, a flexão tem sido definida como processo morfológico regular, aplicável em larga escala e sem qualquer possibilidade de mudança na categorização lexical das bases. Radicalmente diferente, a derivação tem sido descrita como processo idiossincrático, caracterizado pelo potencial de mudar classes e por grandes restrições de aplicabilidade. Ao longo do livro, mostramos que essas diferenças são relativas, uma vez que à flexão também podem estar associadas arbitrariedades formais e restrições de aplicabilidade, entre outras características tradicionalmente atribuídas à derivação.

A suposição prévia de que os processos de flexão e derivação existem, independentemente da teoria, fica revelada: os fenômenos que instanciam cada um deles são bem conhecidos e apenas os critérios de distinção é que não estão bem formulados.

Para Gonçalves (2011), a demarcação das fronteiras entre os dois processos é um dos problemas centrais da morfologia contemporânea, e a falta de critérios objetivos, operacionais, é o que torna imprecisa a distinção.

O surpreendente é que a distinção mesma, em nenhum momento, é colocada em questão. O problema reside, exclusivamente, na falta de critérios adequados.

A possibilidade de aplicar simultaneamente múltiplos critérios, em vez de resolver o problema, aparentemente o acirra, já que os vários critérios levam a demarcações contraditórias. Assim, segundo Gonçalves (2011), por um lado, não temos um critério único capaz de fazer a distinção pretendida; nem temos, por outro, a conjunção de critérios, consistentes entre si, capaz de satisfazer os requisitos da tarefa. Em nenhum momento, no entanto, Gonçalves (2011) levanta a possibilidade de que a ausência de critérios (o critério único ou as várias conjunções de critérios) possa significar que a distinção flexão/derivação deva ser posta em questão. Em outras palavras, sequer se cogita que *não haveria critérios porque não há distinção a ser feita*, a não ser na GT.

Vejam os que aconteceria se um critério fosse arbitrariamente privilegiado como o *critério* distinguidor de dois processos morfológicos distintos. Vamos tomar aqui o critério da *relevância sintática* como exemplo.

A formulação desse critério por Gonçalves (2011, p. 12) considera que a flexão é requerida pela sintaxe da sentença, o que não ocorre com a derivação⁷.

7 Em Rocha (1998), encontramos a mesma proposta de distinção. Diferentemente de Gonçalves (2011), Rocha (1998, p. 193-208) admite que determinados fenômenos possam ser tratados, simultaneamente, como flexão e derivação, uma vez que acionados, ao mesmo tempo, por uma regra de flexão (sintática) e uma regra, morfológica, de derivação.

Por esse critério, o *número* é uma categoria flexional, já que a informação sobre o número dos nomes deve ser acessível para a sintaxe no processo de concordância (nominal e verbal). Por outro lado, o *grau* não é uma categoria flexional (seria, por definição, derivacional), já que não encontramos nenhuma razão sintática para sua manifestação nas expressões.

Devo dizer que esse critério me parece bastante simpático e que, a meu ver, poderia ser considerado um sério candidato a estabelecer uma distinção entre flexão e derivação. Certamente, no entanto, o critério não seria adequado para *restabelecer* a distinção efetuada pela GT. Ou seja, o critério da relevância sintática não é adequado para reproduzir uma distinção estabelecida antes que a sintaxe fosse o assunto central da preocupação dos gramáticos (antes do surgimento do gerativismo, eu poderia talvez dizer).

A crítica que Gonçalves (2011) faz da adequação do critério da relevância sintática é bastante reveladora. Vejamos.

Apesar de dar conta de muitas categorias tradicionalmente caracterizadas como flexionais, o critério ora em exame não se mostra inteiramente adequado, em virtude de nem todos os aspectos da morfologia flexional serem diretamente relevantes para a sintaxe (GONÇALVES, 2011, p. 15).

A crítica de Gonçalves ao critério da relevância sintática consiste em reconhecer que, embora o critério dê conta de muitos fenômenos tratados como flexão ou derivação pela GT, não dá conta de todos. Em outras palavras, o critério estabelece *novos conceitos de flexão e de derivação*, e, em vez de acreditar no critério e supor que a relevância sintática tem consequências teóricas relevantes, Gonçalves (e Stephen Anderson, pelo menos, de quem Gonçalves empresta a crítica) prefere abandonar o critério *porque ele não permite chegar aos mesmos resultados a que a GT chegava*. Ora, se era para chegar aos mesmos resultados, não precisaríamos de novas teorias morfológicas, não é?

Afinal, o que é que se busca: distinguir dois processos morfológicos que parecem ter fundamentação empírica e consequências teóricas ou encontrar critérios que substituam, em nossa teoria morfológica, uma distinção feita em outra teoria morfológica? E critérios que cheguem, em nossa teoria morfológica, *aos mesmos resultados classificatórios* que a outra teoria obteve – com seus próprios critérios. A escolha que as palavras de Gonçalves revelam é, claramente, de continuidade.

Claro. Alguém poderia dizer que isso ocorre porque os dois processos morfológicos foram corretamente identificados pela GT e, portanto, é natural que as teorias cheguem aos mesmos resultados. Mas isso é falso. A grande maioria dos linguistas contemporâneos reconhece que a distinção entre flexão e derivação não é clara: a busca sem êxito pelo critério adequado o demonstra.

A permanência da distinção nas teorias contemporâneas é o mistério a ser desvelado. Essa “posição intermediária” entre continuidade e ruptura precisa ser mais bem investigada.

PARA UMA TENTATIVA DE SOLUÇÃO DO MISTÉRIO

Creio que nosso problema pode ser explicado pela “naturalização” da GT e por seu uso “protocolar” pelas teorias contemporâneas⁸.

8 Estou usando os termos “naturalização” e “protocolar” de modo informal. Não pretendo reproduzir aqui o sentido que esses termos têm na filosofia, a não ser de modo aproximativo.

Entendo aqui por “naturalização” o processo de considerar parte da *língua* noções que são parte de uma *teoria da língua*. As classes de palavras, os processos morfológicos e as outras noções e mecanismos teóricos da GT deveriam ser encarados pelo que são: noções, mecanismos e processos *teóricos*, que fazem sentido no interior da teoria da GT – e só fazem sentido aí.

Ao “naturalizar” as noções teóricas da GT – considerando-as *fenômenos* e não *construtos descritivos* –, as teorias linguísticas contemporâneas não conseguem livrar-se da condição de meras continuadoras (mesmo que em outras bases) da GT. Assumir as noções, as categorias e as classificações da GT como propriedades da língua e não como construtos teóricos criados para o tratamento dos fenômenos empíricos é um erro colossal.

Em princípio, não há categorias flexionais e derivacionais *nas línguas*. Nós, estudiosos das línguas, é que podemos ou não propor categorias flexionais e derivacionais nas teorias que criamos para o tratamento das línguas.

A questão central, então, deixa de ser o estabelecimento de novos critérios que justifiquem a distinção teórica tradicional (por inútil, desde que não estejamos trabalhando com a GT) e passa a ser a necessidade ou não de estabelecermos distinção semelhante *em nossa teoria*. E a pergunta sobre essa necessidade nunca é feita!

As perguntas centrais permanecem: Qual a razão para distinguirmos flexão de derivação na morfologia contemporânea? Qual a razão para que nossa distinção obtenha exatamente os mesmos resultados que encontramos na GT?

Podemos ver, ainda, nas teorias contemporâneas, um uso “protocolar” das noções e descrições da GT. Explico.

A filosofia da ciência “positivista” do início do século XX previa a existência de *sentenças protocolares* na base da investigação científica. Essas sentenças protocolares deveriam ser descrições objetivas dos fenômenos, neutras e ateóricas, que serviriam de “matéria-prima” para as investigações (tanto como “preliminares” para a investigação como para a testagem empírica das hipóteses). Ou seja, a investigação científica, para garantir sua objetividade e sua imunidade a considerações teóricas preexistentes, devia basear suas análises e propostas de teorização na observação “pura” (livre de “preconceitos” teóricos) dos fenômenos. Caberia às sentenças protocolares o registro dessas observações “puras”.

Tenho a forte impressão de que se trata de comportamento disseminado entre os linguistas contemporâneos a atribuição de um papel protocolar às descrições da GT.

Quando Negrão, Müller, Nunes-Pemberton e Foltran (CASTILHO, 2008) iniciam sua análise dos adjetivos invocando, como creio já ter deixado claro, a classe dos adjetivos tal como delimitada pela GT, estão, na verdade, usando a noção tradicional como um meio prático e operacional de isolar um conjunto de fenômenos linguísticos, sobre o qual recairá sua proposta de teorização. A classe tradicional é apenas *protocolar*: é um meio de circunscrever, de forma neutra, um conjunto de fenômenos.

Não vou me estender mais sobre essa impressão (os exemplos seriam muitos e o espaço é pouco). Só quero reafirmar que a GT é usada frequentemente como uma *língua protocolar*, isto é, como uma língua “neutra” que serve para apresentar os dados de forma “objetiva”, não teórica. A GT é considerada uma espécie de “descrição ateórica”, suposta por todos e, simultaneamente, ignorada por todos como teoria. É como se o termo *artigo* fosse apenas um rótulo que se usa

para referir determinada porção de realidade, teoricamente neutro, observacionalmente objetivo, livre de quaisquer injunções teóricas ou ideológicas. O que é, obviamente, falso.

CONCLUSÃO

Uma teoria científica assemelha-se a um poste com uma lâmpada, que projeta um cone de luz sobre a rua. A teoria ilumina apenas o que está no seu cone de luz. Tudo que estiver fora da área iluminada ou não poderá ser visto ou só será parcialmente visto na penumbra. A GT é um poste de iluminação; as teorias linguísticas contemporâneas são outros tantos postes. Pretender que o cone de luz de uma teoria contemporânea ilumine a mesma área iluminada pela GT é um equívoco, é uma forma de trivializar os resultados da teoria. Buscar no cone de luz de uma teoria contemporânea os objetos iluminados pelo poste da GT é agir como o bêbado da piada que procurava suas chaves debaixo de um poste e que respondeu, quando questionado se ele tinha certeza de que havia perdido as chaves exatamente ali: “Não. Eu perdi as chaves lá na esquina. Mas lá está escuro”.

O peso da tradição nos faz procurar, inicialmente, o conhecimento sobre as línguas no cone de luz da GT, e não só acreditar no que encontramos como acreditar que nada mais há para encontrar. Os mais de dois mil anos de tradição tornaram as descrições e as noções da GT, para o senso comum, *a verdade* sobre as línguas. E mesmo os linguistas que procuram construir outros postes de iluminação acabam por sucumbir à tentação de ver, em seus próprios cones de iluminação, o que podia ser visto à luz do poste da GT.

Esse comportamento é inconsciente – e talvez não haja alternativas viáveis a ele. Acredito, no entanto, que é extremamente prejudicial, tanto para o desenvolvimento da linguística como para sua historiografia.

REFERÊNCIAS

- BORGES NETO, J. Morfologia: conceitos e métodos. In: LIMA, M. A. F.; ALVES FILHO, F.; COSTA, C. S. C. (Org.). *Colóquios linguísticos e literários: enfoques epistemológicos, metodológicos e descritivos*. Teresina: Edufpi, 2011. p. 53-72.
- _____. Flexão e derivação: será que os tratamentos dados a esta distinção não adotam uma perspectiva “enviesada”? *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, no prelo.
- BYBEE, J. *Morphology: the relations between meaning and form*. Amsterdam: John Benjamins, 1985.
- CASTILHO, A. T. de (Coord.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. v. II.
- CHAPANSKY, G. *Uma tradução da tékhne grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português*. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras)–Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.
- CUNHA, C. *Gramática da língua portuguesa*. 9. ed. Rio de Janeiro: MEC-FAE, 1983.
- GONÇALVES, C. A. *Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português*. São Paulo: Contexto, 2011.

HOCKETT, C. F. Two models of grammatical description. *Word*, v. 10, p. 210-234, 1954.

LAKATOS, I. *The methodology of scientific research programmes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. v. 1.

ROCHA, L. C. A. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BORGES NETO, J. Traditional grammar and contemporary linguistics: continuity or rupture? *Todas as Letras*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 87-98, 2012.

Abstract: *The text questions the relations among traditional grammar and other grammatical theories which emerged in a later moment, in the chronology of the linguistic subject, bringing to light the problems resulting from a continuous interpretation, or not continuous, on the history of Linguistics.*

Keywords: *linguistic epistemology; grammatical model; traditional grammar.*

Recebido em março de 2012.

Aprovado em março de 2012.